



DE 01 A 31 AGOSTO DE 2015 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 151/2015 - Diário da República n.º 152/2015, Série I de 2015-08-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece a obrigatoriedade de consulta da Rede Operacional de Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação da Administração Pública no âmbito dos procedimentos de aquisição de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, e regula a aquisição e a utilização de serviços de comunicação pela Administração Pública

AGRICULTURA

[Decreto-Lei n.º 162/2015 - Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Institui no território nacional o sistema de seguros agrícolas

[Lei n.º 92/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 86/95](#), de 1 de setembro, que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrícola

AMBIENTE

[Lei n.º 114/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28](#)

Assembleia da República

Segunda alteração à [Lei n.º 50/2006](#), de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto-Lei n.º 150/2015 - Diário da República n.º 151/2015, Série I de 2015-08-05](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a [Diretiva n.º 2012/18/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

[Decreto-Lei n.º 179/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 151-B/2013](#), de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 2011/92/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente

[Portaria n.º 241-A/2015 - Diário da República n.º 156/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-08-12](#)

Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à derrogação temporária da restrição da [Portaria n.º 303-A/2004](#), de 22 de março, concedendo às aeronaves autorizadas a aterrar durante o período noturno no Aeroporto de Lisboa a possibilidade de procederem, logo após a aterragem, à inversão de potência (*reverse thrust*)

APOSTAS HÍPICAS

[Portaria n.º 250/2015 - Diário da República n.º 160/2015, Série I de 2015-08-18](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Estabelece os requisitos específicos de construção e de exploração de hipódromos autorizados a realizar corridas de cavalos sobre as quais se praticam apostas hípicas

ATIVIDADES ECONÓMICAS – REGIMES JURÍDICOS

[Decreto-Lei n.º 155/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Ministério da Economia

Estabelece o regime jurídico da atividade leiloeira

[Decreto-Lei n.º 160/2015 - Diário da República n.º 155/2015, Série I de 2015-08-11](#)

Ministério da Economia

Aprova o regime jurídico da atividade prestamista

[Lei n.º 105/2015 - Diário da República n.º 165/2015, Série I de 2015-08-25](#)

Assembleia da República

Regime jurídico da atividade de guarda-noturno

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 428/XII](#)

Processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e seu registo

[Decreto da Assembleia 430/XII](#)

Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil, no que respeita ao regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados

[Decreto da Assembleia 431/XII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez - proteção da maternidade e da paternidade

[Decreto da Assembleia 432/XII](#)

Transpõe a Diretiva 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 146/99, de 4 de maio, e 60/2011, de 6 de maio

[Decreto da Assembleia 433/XII](#)

Estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia (Quadragésima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro)

[Decreto da Assembleia 434/XII](#)

Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e procede à primeira alteração à Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, que estabelece o regime jurídico do apadrinhamento civil

[Decreto da Assembleia 435/XII](#)

Lei de Enquadramento Orçamental

[Decreto da Assembleia 436/XII](#)

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, prevendo o pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez quando for realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez

[Decreto da Assembleia 437/XII](#)

Terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

[Decreto da Assembleia 439/XII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal

[Decreto da Assembleia 442/XII](#)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime de exercício das responsabilidades parentais

[Decreto da Assembleia 444/XII](#)

Terceira alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

[Decreto da Assembleia 446/XII](#)

Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional

[Decreto da Assembleia 450/XII](#)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e o Código de Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção

[Decreto da Assembleia 451/XII](#)

Décima alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)

[Decreto da Assembleia 453/XII](#)

Cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes

[Decreto da Assembleia 454/XII](#)

Criação da comissão especializada permanente interdisciplinar para a natalidade

[Decreto da Assembleia 456/XII](#)

Aprova o Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e revoga a Lei n.º 15/2005, de 26 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 229/2004, de 10 de dezembro

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto da Assembleia 457/XII](#)

Aprova o regime jurídico da supervisão de auditoria, transpondo a Diretiva 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público

[Decreto da Assembleia 463/XII](#)

Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, à primeira alteração ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 40/2014, de 18 de março, e revoga o Decreto de 21 de outubro de 1907 e o Decreto-Lei n.º 90/2003, de 30 de abril



ATIVIDADE REGISTRAL

[Lei n.º 90/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Assembleia da República

Justificação judicial de óbito em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação (alteração ao Código do Registo Civil)



BALDIOS

[Decreto-Lei n.º 165/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-17](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à regulamentação da Lei dos Baldios, aprovada pela [Lei n.º 68/93](#), de 4 de setembro



CARTÃO DO CIDADÃO

[Lei n.º 91/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 7/2007](#), de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização

 **CÉU ÚNICO EUROPEU**

[Decreto-Lei n.º 163/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-17](#)

Ministério da Economia

Cria os regimes sancionatórios aplicáveis aos regimes jurídicos do céu único europeu, constante dos Regulamentos (CE) n.ºs [549/2004](#), [550/2004](#), [551/2004](#) e [552/2004](#), de 10 de março de 2004, e ao [Regulamento \(UE\) n.º 805/2011](#), da Comissão, de 10 de agosto, que estabelece regras detalhadas para as licenças de controlador de tráfego aéreo e certos certificados em conformidade com o [Regulamento \(CE\) n.º 216/2008](#), de 20 de fevereiro de 2008

 **CÓDIGO COOPERATIVO**

[Lei n.º 119/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31](#)

Assembleia da República

Aprova o Código Cooperativo e revoga a [Lei n.º 51/96](#), de 7 de setembro

 **CRIANÇAS E JOVENS**

[Decreto-Lei n.º 159/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Cria a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

 **CROWDFUNDING**

[Lei n.º 102/2015 - Diário da República n.º 164/2015, Série I de 2015-08-24](#)

Assembleia da República

Regime jurídico do financiamento colaborativo

 **DESPORTO**

[Lei n.º 93/2015 - Diário da República n.º 157/2015, Série I de 2015-08-13](#)

Assembleia da República

Segunda alteração à [Lei n.º 38/2012](#), de 28 de agosto, que aprova a lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem

 **DIREITO ADMINISTRATIVO**

[Lei n.º 85/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série I de 2015-08-07](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 56/2012](#), de 8 de novembro, que estabelece a reorganização administrativa de Lisboa

[Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 331/XII](#)

Parecer da Ordem dos Advogados sobre Projeto de Lei n.º 331/XII para revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outra legislação conexas com o contencioso administrativo.

 **DIREITO PÚBLICO**

[Lei n.º 100/2015 - Diário da República n.º 161/2015, Série I de 2015-08-19](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente

 **ENERGIA**

[Decreto-Lei n.º 178/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 29/2006](#), de 15 de fevereiro, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade

[Portaria n.º 241/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Portaria n.º 252/2015 - Diário da República n.º 161/2015, Série I de 2015-08-19](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à alteração da [Portaria n.º 949-A/2006](#), de 11 de setembro, que aprovou as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT), nos termos previstos no artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 226/2005](#), de 28 de dezembro, por aditamento da secção 722 à parte 7 das RTIEBT - Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão

[Despacho n.º 8809/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série II de 2015-08-10](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Ministro

Aprova o Plano de Ação para a Mobilidade Elétrica

ERSE

[Diretiva n.º 13/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série II de 2015-08-07](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários aprovados pela ERSE para vigorarem no ano gás 2015-2016

[Diretiva n.º 14/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série II de 2015-08-07](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica em Portugal continental



ESTRADA

[Lei n.º 116/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28](#)

Assembleia da República

Décima quarta alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 114/94](#), de 3 de maio

[Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 336/XII/4.ª](#)

Parecer da Ordem dos Advogados sobre a Proposta de Lei n.º 336/XII/4.ª (GOV) que Procede à décima oitava alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio

 **ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA**

[Lei n.º 111/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Assembleia da República

Estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária, altera o Código Civil, e revoga os [Decretos-Leis n.ºs 384/88](#), de 25 de outubro, e [103/90](#), de 22 de março

 **FINANCEIRO**

[Lei n.º 118/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31](#)

Assembleia da República

Procede à trigésima oitava alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 298/92](#), de 31 de dezembro, à oitava alteração à [Lei n.º 25/2008](#), de 5 de junho, e à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 228/2000](#), de 23 de setembro, prevendo medidas específicas com vista ao reforço da estabilidade do sistema financeiro português

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial n.º 8/2015](#)

[Indicadores Coincidentes - agosto](#)

[Boletim Estatístico - agosto 2015](#)

Instruções

[Instrução n.º 12/2015](#) - Determina quais os elementos a apresentar pelas instituições com o pedido de autorização para o exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, estabelecendo-se a forma de apresentação dos mesmos.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – Julho de 2015](#)

[Relatório trimestral de intermediação financeira - 1º trimestre 2015](#)

[Indicadores de Síntese dos Organismos de Investimento Coletivo e dos Fundos de Investimento Alternativo - Julho 2015](#)

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Julho 2015](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 4/2015-R - Diário da República n.º 162/2015, Série II de 2015-08-20](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Norma regulamentar n.º 4/2015-R, de 7 de agosto - Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no quarto trimestre de 2015



FISCAL

[Portaria n.º 237/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Primeira alteração à [Portaria n.º 278-C/2014](#), de 29 de dezembro, que estabelece os procedimentos e as demais condições necessários à atribuição, aplicação e manutenção da tarifa social estabelecida no [Decreto-Lei n.º 138-A/2010](#), de 28 de dezembro, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 172/2014](#), de 14 de novembro

[Portaria n.º 240/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Fixa o valor das taxas devidas pela emissão das licenças de comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica e de operação de pontos de carregamento, bem como da taxa de inspeção devida pela realização de inspeções periódicas, e revoga a [Portaria n.º 1232/2010](#), de 9 de dezembro

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 20180/2015, de 19/08](#) - Rendimentos prediais - Atividade arrendamento/alojamento local.

[Ofício-circulado 30174/2015 de 26/08](#) - IVA - Enquadramento das atividades terapêuticas não convencionais.

[Circular n.º 9/2015, de 28/08](#) - Redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo.



FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

[Portaria n.º 242/2015 - Diário da República n.º 157/2015, Série I de 2015-08-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Primeira alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela [Portaria n.º 60-A/2015](#), de 2 de março

 **IMOBILIÁRIO**

[Decreto-Lei n.º 156/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece o regime do subsídio de renda a atribuir aos arrendatários com contratos de arrendamento para habitação, celebrados antes de 18 de novembro de 1990, em processo de atualização de renda, e o regime de determinação do rendimento anual bruto corrigido

[Portaria n.º 236/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Fixa a taxa das rendas condicionadas

[Portaria n.º 261-A/2015 - Diário da República n.º 167/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-08-27](#)

Ministérios das Finanças e da Economia

Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás, e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção, e revoga a [Portaria n.º 15/2004](#), de 10 de janeiro

 **JOGO**

[Parecer n.º 19/2014 - Diário da República n.º 166/2015, Série II de 2015-08-26](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Proteção concorrencial entre casinos de zonas de jogo. Jogos de fortuna ou azar fora dos casinos

 **LEI ELEITORAL – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

[Lei Orgânica n.º 10/2015 - Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14](#)

Assembleia da República

Décima quinta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, adaptando-a à nova organização do sistema judiciário, aprovada pela [Lei n.º 62/2013](#), de 26 de agosto

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[Decreto Regulamentar n.º 15/2015 - Diário da República n.º 161/2015, Série I de 2015-08-19](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional

PATENTES

[Decreto do Presidente da República n.º 90/2015 - Diário da República n.º 152/2015, Série I de 2015-08-06](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013

[Resolução da Assembleia da República n.º 108/2015 - Diário da República n.º 152/2015, Série I de 2015-08-06](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013

PENAL

[Lei n.º 81/2015 - Diário da República n.º 149/2015, Série I de 2015-08-03](#)

Assembleia da República

Trigésima sétima alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas [2008/99/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e [2009/123/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva [2005/35/CE](#), relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações

[Lei n.º 83/2015 - Diário da República n.º 151/2015, Série I de 2015-08-05](#)

Assembleia da República

Trigésima oitava alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de setembro, autonomizando o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição e casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul

[Lei n.º 103/2015 - Diário da República n.º 164/2015, Série I de 2015-08-24](#)

Assembleia da República

Trigésima nona alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de setembro, transpondo a Diretiva [2011/93/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor; primeira alteração à [Lei n.º 113/2009](#), de 17 de setembro; primeira alteração à [Lei n.º 67/98](#), de 26 de outubro, e segunda alteração à [Lei n.º 37/2008](#), de 6 de agosto

[Lei n.º 110/2015 - Diário da República n.º 166/2015, Série I de 2015-08-26](#)

Assembleia da República

Estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia (Quadragesima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 315/2009](#), de 29 de outubro)

[Decreto-Lei n.º 171/2015 - Diário da República n.º 165/2015, Série I de 2015-08-25](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal, aprovado pela [Lei n.º 37/2015](#), de 5 de maio

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 377/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Tribunal Constitucional

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 1.º, n.º 1, e 2.º do Decreto n.º 369/XII da Assembleia da República (crime de enriquecimento injustificado) por violação dos artigos 18.º, n.º 2, 29.º, n.º 1 e 32.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa

PGR - [Diretiva n.º 4/2013 – Criminalidade sexual contra crianças no domínio da internet](#)

Divulga-se o [relatório semestral n.º 1/2015](#), referente ao tema "Criminalidade sexual contra crianças no domínio da internet – Tratamento de comunicações providas de Estados e Organizações internacionais não governamentais".

[Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 343/XII/4.^a](#)

Parecer da Ordem dos Advogados sobre a Proposta de Lei n.º 343/XII/4.^a (GOV) que "Procede à 23.^a alteração do Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão – Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001"

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **PLATAFORMAS ELETRÓNICAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

[Lei n.º 96/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-17](#)

Assembleia da República

Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva [2014/23/UE](#), o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva [2014/24/UE](#) e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva [2014/25/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o [Decreto-Lei n.º 143-A/2008](#), de 25 de julho

 **POLÍTICA EXTERNA**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência

 **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE – PDR 2020**

[Portaria n.º 261/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 7.11, «Investimentos não produtivos», integrada na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», da área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

 **PROPRIEDADE INTELETUAL**

[Portaria n.º 254/2015 - Diário da República n.º 162/2015, Série I de 2015-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças

Aprova o Regulamento do Registo das Obras Cinematográficas e Audiovisuais e a tabela de taxas relativas aos atos e serviços prestados pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA, I. P.)

 **PROTEÇÃO CIVIL**

[Lei n.º 80/2015 - Diário da República n.º 149/2015, Série I de 2015-08-03](#)

Assembleia da República

Segunda alteração à [Lei n.º 27/2006](#), de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil

 **PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO ESTADO**

[Lei n.º 95/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-17](#)

Assembleia da República

Estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à sua distribuição em território nacional, através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, revogando o [Decreto-Lei n.º 231/2004](#), de 13 de dezembro

 **REDE EUROPA**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2015 - Diário da República n.º 166/2015, Série I de 2015-08-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Estrutura de Missão da Rede Europa

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Lei n.º 104/2015 - Diário da República n.º 164/2015, Série I de 2015-08-24](#)

Assembleia da República

Cria o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde

[Decreto-Lei n.º 154/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série I de 2015-08-07](#)

Ministério da Saúde

Cria o órgão de coordenação dos subsistemas públicos de saúde, estabelece os mecanismos de cooperação reforçada em áreas comuns destes subsistemas e define o respetivo modelo de governação

[Decreto-Lei n.º 168/2015 - Diário da República n.º 163/2015, Série I de 2015-08-21](#)

Ministério da Saúde

Estabelece o regime de proteção do dador vivo de órgãos em relação a eventuais complicações do processo de dádiva e colheita

[Decreto-Lei n.º 183/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31](#)

Ministério da Saúde

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 188/2003](#), de 20 de agosto, e à sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 233/2005](#), de 29 de dezembro, no sentido de permitir a prática clínica por parte dos diretores clínicos do mesmo estabelecimento de saúde do Serviço Nacional de Saúde

[Resolução da Assembleia da República n.º 114/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Assembleia da República

Medidas para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos

[Resolução da Assembleia da República n.º 116/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Assembleia da República

Reforça os cuidados de saúde primários na saúde infantil e na prestação de cuidados a crianças e jovens

[Resolução da Assembleia da República n.º 117/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Assembleia da República

Garantia da acessibilidade aos tratamentos de infertilidade

[Declaração de Retificação n.º 37-A/2015 - Diário da República n.º 168/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-08-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a [Portaria n.º 195-A/2015](#), de 30 de junho, do Ministério da Saúde, que aprova o procedimento comum de comparticipação e de avaliação prévia de medicamentos, publicada no Diário da República, n.º 125, 1.º Suplemento, 1.ª série, de 30 de junho de 2015

 **SEGREDO DE ESTADO**

[Lei Orgânica n.º 12/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei Orgânica n.º 3/2014](#), de 6 de agosto, que cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado

 **TABACO**

[Lei n.º 109/2015 - Diário da República n.º 166/2015, Série I de 2015-08-26](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 37/2007](#), de 14 de agosto, transpondo a [Diretiva 2014/40/EU](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a [Diretiva 2001/37/CE](#) e a [Diretiva 2014/109/EU](#), da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que altera o anexo II da [Diretiva 2014/40/EU](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecendo a biblioteca de advertências ilustradas a utilizar em produtos do tabaco

 **TMT**

[Mercados grossistas de terminação de chamadas de voz em redes móveis individuais e modelo de custeio - decisões finais](#)

Decisões finais aprovadas pela ANACOM a 06.08.2015.

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Lei n.º 84/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série I de 2015-08-07](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho

[Portaria n.º 229/2015 - Diário da República n.º 149/2015, Série I de 2015-08-03](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Cria a medida Cheque-Formação

[Resolução da Assembleia da República n.º 115/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10](#)

Assembleia da República

Reforça os meios da Autoridade para as Condições do Trabalho e cria um Plano Nacional de Combate às Discriminações em função da Maternidade e Paternidade

PDR - [Parecer n.º 38/2010, do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República](#)

Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas — Administração Pública — Direito Disciplinar — Procedimento Disciplinar — Ilícito Disciplinar — Ilícito Penal — Testemunha Faltosa.



TRANSPORTES

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015 - Diário da República n.º 162/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2015 - Diário da República n.º 165/2015, Série I de 2015-08-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a elaboração do Plano Estratégico da Segurança Rodoviária 2016-2020, e das orientações gerais para desenvolvimento da política de segurança rodoviária para o mesmo período



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

[Lei Orgânica n.º 11/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28](#)

Assembleia da República

Sétima alteração à [Lei n.º 28/82](#), de 15 de novembro (Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional)

 **URBANISMO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015 - Diário da República n.º 155/2015, Série I de 2015-08-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020»

[Portaria n.º 228/2015 - Diário da República n.º 149/2015, Série I de 2015-08-03](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Lei n.º 115/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28](#)

Assembleia da República

Segunda alteração à [Lei n.º 79/98](#), de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2015/A - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Cria o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, na Região Autónoma dos Açores, e regulamenta o seu funcionamento

[Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2015/A - Diário da República n.º 156/2015, Série I de 2015-08-12](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Regulamenta o [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A](#), de 16 de dezembro, alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2014/A](#), de 1 de setembro, que aprova o regime de apoio à habitação pela via do arrendamento, designado por programa Famílias com Futuro

[Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A - Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2015/A - Diário da República n.º 160/2015, Série I de 2015-08-18](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2015/A - Diário da República n.º 163/2015, Série I de 2015-08-21](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Resolve encarregar a Comissão Permanente de Assuntos Sociais de analisar e avaliar as políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças



RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/M - Diário da República n.º 157/2015, Série I de 2015-08-13](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/M](#), de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2015

[Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/M - Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2015

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 5/2015/M - Diário da República n.º 157/2015, Série I de 2015-08-13](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a alteração ao Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2015

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 6/2015/M - Diário da República n.º 160/2015, Série I de 2015-08-18](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o Relatório e a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira referentes ao ano económico de 2013

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2015/M - Diário da República n.º 160/2015, Série I de 2015-08-18](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a primeira alteração ao Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2015



REGIÕES AUTÓNOMAS

[Portaria n.º 260-C/2015 - Diário da República n.º 164/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-08-24](#)

Ministérios das Finanças e da Economia

Define o modo de proceder ao apuramento do valor do subsídio social de mobilidade e o prazo em que o mesmo deve ser solicitado, no âmbito do serviço de transporte aéreo previsto no [Decreto-Lei n.º 134/2015](#), de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, quanto aos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

[Regulamento \(UE\) 2015/1360 do Conselho, de 4 de agosto de 2015, que altera o Regulamento \(UE\) n.º 407/2010 que cria um mecanismo europeu de estabilização financeira](#)

COMISSÃO EUROPEIA

Consulta pública

Mercado interno

[Consulta pública sobre a revisão da Diretiva Satélite e Cabo](#)

24.08.2015 – 16.11.2015

Saúde pública

[Modalidades dos procedimentos de inspeção de ensaios clínicos, incluindo os requisitos de formação e de qualificação dos inspetores, nos termos do artigo 78.º, n.º 7, do Regulamento \(UE\) n.º 536/2014](#)

28.08.2015 – 24.11.2015

[Ato de execução da Comissão relativo aos princípios e diretrizes em matéria de boas práticas de fabrico dos medicamentos para uso humano, em conformidade com o artigo 47.º, primeiro parágrafo, da Diretiva 2001/83/CE](#)

28.08.2015 – 24.11.2015

[Ato delegado da Comissão sobre os princípios e diretrizes das boas práticas de fabrico de medicamentos experimentais para uso humano e sobre as modalidades de inspeção, em conformidade com o artigo 63.º, n.º 1, primeiro parágrafo do Regulamento \(UE\) n.º 536/2014](#)

28.08.2015 – 24.11.2015

[Diretrizes pomenorizadas da Comissão em matéria de boas práticas de fabrico dos medicamentos experimentais para uso humano, nos termos do artigo 63.º, n.º 1, segundo parágrafo, do Regulamento \(UE\) n.º 536/2014](#)

28.08.2015 – 24.11.2015

Fiscalidade

[Consulta sobre a revisão da legislação em vigor relativa à «estrutura» dos impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas](#)

28.08.2015 – 27.11.2015

PARLAMENTO EUROPEU

[Guia sobre a era digital](#)

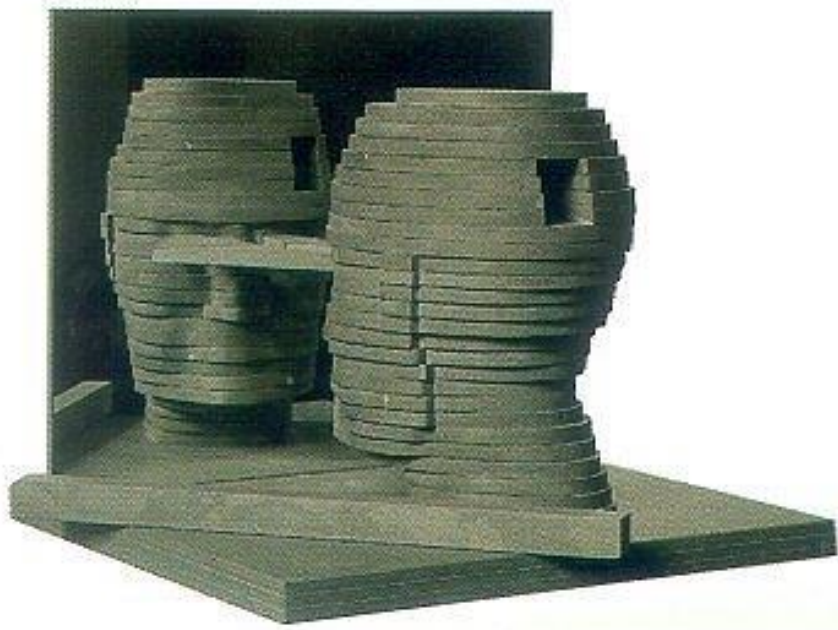
315 milhões de europeus usam a Internet diariamente para ler notícias, fazer compras ou falar com amigos. Para garantir que a era digital promove o crescimento e a criação de emprego para além das fronteiras nacionais, a Comissão Europeia apresentou, em maio de 2015, a Estratégia para o Mercado Único Digital. Em junho o Parlamento Europeu e o Conselho acordaram em proibir as tarifas de *roaming* em 2017 e em garantir a neutralidade da Internet.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Financeiro

[Revisão do MEEF para proteger contra riscos os países que não pertencem à área do euro](#)

Em 4 de agosto de 2015, o Conselho aprovou um regulamento que altera o MEEF para proteger os Estados-Membros não pertencentes à área do euro contra os riscos associados à assistência financeira prestada a um país da área do euro.



 FUNDAÇÃO
PLMJ

RUI SANCHES
(detalhe)
Reflexão I, 1998
Calcário azul Cascais e espelho
56 x 55 x 42,5 cm
Obra da Coleção da Fundação PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 13 DE AGOSTO DE 2015

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Primeira alteração aos princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional, bem como ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo.
- Alteração do regime especial de proteção na invalidez e do regime jurídico do complemento por dependência.
- Estratégia de Proteção ao Idoso.
- Alteração dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho.
- Criação da Estrutura de Missão da Rede Europa, que tem como missão assegurar a coordenação da Rede Europa e a articulação entre os Fundos da Política de Coesão e os Fundos Competitivos Europeus, de modo a fomentar o acesso dos promotores portugueses aos fundos europeus competitivos e racionalizar a sua intervenção, inclusive no âmbito da cooperação transnacional.
- Criação do Plano Estratégico da Segurança Rodoviária 2016 – 2020 e as orientações gerais para desenvolvimento da política de segurança rodoviária para o mesmo período.
- Alteração ao regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
- Alteração ao regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.
- Alteração do regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transação comercial relativa a um bem ou serviço.
- Regime jurídico a que devem obedecer as práticas de publicidade em saúde.
- Alteração ao regime de acesso e de exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, também designada por atividade de rent-a-car.

(...)

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), do Código dos Contratos Públicos, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, da Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, do Regime Jurídico da Tutela Administrativa, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e da Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente.

- Autorizou a Infraestruturas de Portugal, S.A., a redefinir o âmbito dos trabalhos integrados no contrato de subconcessão, em regime de parceria público-privada, da conceção, projeto, demais trabalhos de requalificação, financiamento, exploração e conservação dos itinerários que integram seis subconcessões rodoviárias.

- Atribuição ao Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., das funções relativas à emissão, renovação e portabilidade, em Portugal, do identificador designado por Legal Entity Identifier, estabelecendo o respetivo regime.

- Regras de organização e funcionamento da Rede Operacional de Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação da Administração Pública (RSPTIC).

- Orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., (IMPIC) que sucede nas atribuições do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P..

- Alteração do regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental (FIA).

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011